

Partido socialista chileno: adeus ao povo*

*Leandro Vergara-Camus***

Resumo

Neste artigo analiso o papel e a responsabilidade do Partido Socialista na inconclusa democratização do Chile. Identifico a decisão do partido de desmobilizar o movimento contra a ditadura como um momento fundamental da reintegração dele à política institucional em voga. Argumento que essa reintegração foi possível porque os socialistas adotaram uma nova visão de política que privilegiou as negociações e rejeitou a mobilização social como um recurso político. A prática política correspondente teve a consequência de desacreditar os políticos e os partidos. Através de entrevistas com líderes socialistas o autor demonstra o quanto a concepção elitista e institucional dominante de política e de poder impede, mesmo setores de esquerda do partido, de mudar essa situação e pensar alternativas que poderiam pôr um fim à legalidade institucional de Pinochet.

A última eleição presidencial chilena surpreendeu muitos observadores. Joaquín Lavín, candidato da direita, desafiou seriamente o candidato da coligação governista de centro (a *Concertación*), Ricardo Lagos, forçando-o a um apertado segundo turno. No primeiro, ínfimos 30.781 votos separaram ambos os candidatos. No segundo, Lagos ganhou com 51,31%, e Lavín obteve 48,69% dos votos. O que também é notável, é que nos dois turnos as abstenções atingiram 26%, incluindo os cidadãos que não se registraram, o que significa que algo em torno de 55.000 a mais eleitores se apresentaram para votar no segundo turno (Blomeier, 2000). Como pode, uma sociedade que sofreu 17 anos de regime militar e experimentou dois governos democráticos de centro-esquerda, abrigar as forças que sustentaram a ditadura militar? Como as forças que se abstiveram de votar não se mobilizaram nem mesmo neste momento peculiar?

Se examinarmos os resultados eleitorais desde 1997 (www.elecciones.gov.cl), muitos sinais indicavam um crescimento da indiferença chilena com relação à política (Ortúzar, 1997, Riquelme, 1999). Entre os analistas da política chilena, esta indiferença e os enclaves autoritários internos à Constituição¹ têm sido salientados

* O autor agradece a Angelica Camus, por se encarregar da tediosa tarefa de transcrever todas as entrevistas. Enrique Semo, por tornar esse projeto possível, e Paula Hevia-Pacheco, Judy Adler-Hellman, Matt Davies e Philip Oxhorn por seus comentários generosos

** Doutorando do Departamento de Ciência Política da Universidade de York, Canadá.

¹ Em 1980, Pinochet organizou um referendun para legitimar uma nova Constituição, que reformava substancialmente a ordem institucional pré-existente. Essa nova Constituição criou o Conselho de Segurança Nacional e atribuiu-lhe um grande poder, portanto, às forças armadas. Entre outros mecanismos, tais como 9 senadores designados e um dispositivo de emenda altamente restritivo, combinado com o sistema eleitoral bi-nominal, a Constituição garante também uma maioria artificial à direita. No

como evidência dos limites da democratização. Neste artigo, meu propósito é enfrentar a questão da natureza limitada da democratização no Chile examinando o papel desempenhado pelo Partido Socialista Chileno (PSC). Para isso, escolhi enfatizar as opções feitas pelo PSC e sua concepção de política e poder. Meu principal argumento é que a concepção dominante, fundamentalmente institucional, eleitoralista e elitista, impede o PS de avançar a democratização no Chile. Sustento que essa concepção resulta da opção por abandonar o recurso da mobilização social, feita pelos socialistas no momento da transição para a democracia, que a transformou em uma exigência de participação na política institucional. Além disso, esta concepção, que permeia todos os setores do PSC,² tem aprisionado até mesmo correntes mais à esquerda do partido, levando-as a subordinar a mobilização da sociedade civil à política institucional.

A reintegração do Partido Socialista à política chilena em voga

Em seguida ao golpe militar em 1973, o PSC embarcou num processo de reavaliação do seu papel no governo de Unidade Popular. Com o passar do tempo, as divergências ideológicas fundamentais emergiram e produziram um racha que dividiu o partido em duas organizações com visões e projetos políticos completamente diferentes (Puccio Huidobro, 1993: 128). A ala conhecida como PS-Almeyda representava a “continuidade do partido”, tinha o apoio da militância, permanência fundamentada no marxismo-leninismo e era reconhecida pela liderança nacional. A outra ala tornou-se conhecida por PS-Altamirano, depois PS-Briones e, finalmente, PS-Nuñez. Ela era muito menor, tinha apoio principalmente entre a militância exilada e pouca presença no Chile, a não ser nos círculos intelectuais. Este segundo partido, que participou do processo denominado *renovação socialista*,³ desempenhou um papel muito importante na renovação política e ideológica da esquerda chilena e teve presença decisiva no tipo de transição para a democracia.

Os movimentos de protesto, que se estenderam de maio de 1983 a meados de 1986, são fundamentais para se entender a natureza da democracia chilena hoje e a relação entre os partidos políticos, particularmente o PSC, e a sociedade civil.

momento da transição do poder, de Pinochet a Aylwin, foram negociadas 50 modificações, mas nenhuma tocava essas características fundamentais.

² Desde a reunificação, em 1989, a militância do PSC está organizado em torno de três tendências principais. A tendência majoritária é a Nova Esquerda, que representa os setores mais à esquerda do partido e foi aliada do Partido Comunista durante grande parte do período da ditadura. A Renovação, ou Megatendência, representa a minoria mas domina predominantemente a imagem pública do partido por ocupar muitas posições no parlamento e no governo. Trata-se da ala moderada e foi o instrumento que conduziu o partido para o centro, firmando aliança com o Partido Demócrata Cristão (PDC). Entre essas duas tendências, os *terceiristas* têm tentado se apresentar como uma ala intermediária. Mas, recentemente, eles têm sido absorvidos por uma das duas principais tendências ou se juntado a um quarto grupo de militantes de base, que surgiu em 1998, denominado *Coletivo de Identidade Socialista* para pôr fim ao facciosismo criado pelas tendências.

³ O processo de *renovação socialista* se refere à transformação política e ideológica de setores da esquerda chilena, ao longo do eixo eurocomunismo/social-democracia. A este respeito: Nuñez (1987), Lagos (1989), Garretón (1989), Walker (1991) e Tironi (1993)

Se considerarmos a forma espontânea e descoordenada que os protestos tiveram e acrescentarmos o fato de que os partidos políticos foram desarticulados, torna-se difícil argumentar que eles controlavam tais movimentos (Salazar-Mancilla-Durán, 1999: 259, Oxhorn, 1994a: 51, Oppenheim, 1993: 186). Mas certamente eles levaram em conta sua própria revitalização bem como a reemergência da vida pública.

Após o sucesso relativo dos poucos protestos iniciais, foram criadas duas coalizões de partidos de oposição. A *Alianza Democrática* (AD), dominada pelo Partido Demócrata Cristão (PDC), claramente centrista, que incluía, entre outros, o PS-Nuñez. O PS-Almeyda foi convidado a participar, mas declinou por recusar-se a aceitar a exclusão do Partido Comunista (PCC) exigida pelo PDC; em lugar disso, optou por participar de uma coalizão claramente de esquerda, o *Movimiento Democrático Popular* (MDP), que incluía o PCC, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU) e outros pequenos grupos de esquerda.

As duas coalizões divergiram muito quanto ao papel dos protestos na derrota de Pinochet. A AD os via mais como uma ferramenta tática que forçaria o regime militar a negociar, enquanto o MDP os via como uma estratégia para forçar o regime a renunciar ao poder. Essas duas estratégias também implicaram diferentes tipos de liderança: uma visão tradicional e elitista por parte da AD, em contraste com uma ênfase mais de base por parte do MDP, hegemônico pelo PCC, que tinha uma forte presença nas *poblaciones* (espécie de favelas). Segundo Roberto Pizarro⁴, a liderança do PS-Nuñez entendia antecipadamente que a transição caminhava para negociações internas à elite chilena. Sob essas circunstâncias, o PS-Nuñez procurava quadros com vínculos pessoais próximos às estruturas de poder da política chilena (os militares, a igreja e os grupos econômicos).

Embora o crescimento do nível de violência tenha sido mais uma reação espontânea dos setores populares à repressão do Estado, do que uma tática consciente do MDP (Guillaudat-Mouterde, 1998), a violência generalizada dos protestos distanciou ainda mais as duas coalizões. À medida que o tempo passava e os protestos eram acompanhados por maior brutalidade da polícia, eles encontravam oposição crescente da classe média (Oxhorn, 1994a; Garretón, 2001). Assim, a AD optou por mudar o formato dos protestos para eventos mais pacíficos, tais como comícios em locais fechados (Moulián, 1997: 297).

Já no primeiro estágio deste duplo assédio do período, a AD rebaixou substancialmente suas demandas ao regime e se prontificou a reconhecer a Constituição de 1980. O momento decisivo ocorreu em setembro de 1986, quando a *Frente Patriótica Manuel Rodríguez*, um movimento de guerrilha urbana,

⁴ Pizarro não foi membro de qualquer um dos principais partidos socialistas, mas participou de pequenos grupos que adotaram esta perspectiva. É um dos indivíduos a quem se credita a elaboração do documento de unificação do partido, em 1980. Foi embaixador no Equador durante o governo Aylwin e, por um curto período, ministro do desenvolvimento e planejamento econômico (MIDEPLAN), sob a administração Frei, de agosto de 1996 a janeiro de 1997. Há muitos anos tem se engajado ativamente na comissão de programa do Partido Socialista e se identifica como membro do *Nueva Izquierda*.

próximo ao PCC, falhou na sua tentativa de assassinar Pinochet. Com o início de um segundo estágio deste assédio e uma onda de repressão brutal, Pinochet espalhou o medo do caos na classe média e tornou a transição pactuada repentinamente mais atraente. Foi então que a grande maioria dos partidos políticos optou por participar do plebiscito de 1988, sobre a permanência de Pinochet. Como um momento róseo para essa estratégia, o PS-Almeyda abandonou a aliança com o PCC e o MIR e juntou-se à *Concertación de Partidos por el No*.

A decisão de participar do plebiscito empurrou os partidos da *Concertación* para a cena eleitoral e institucional. Pensava-se que a campanha para o cadastramento de eleitores e o acesso à mídia e à televisão seriam um meio fácil de se reinserir na sociedade civil (Oxhorn, 1994b: 54) a partir de cima. Matt Davies argumenta que: “O uso da televisão como o lugar da mobilização política significou que o povo, como protagonista político, foi retirado das ruas e enviado de volta para a sala de estar, para a frente da tela; de público voltou a privado” (1999: 157).

Foi aí que os movimentos de protestos perderam sua vez. Não tanto porque os partidos fossem suas fontes de energia e liderança, como argumenta Moulián (1997: 300), mas, antes, por causa de uma estratégia consciente dos líderes da AD. De fato, partidos como o PS-Almeyda e o PDC minaram e desmobilizaram ativamente a participação popular (Oxhorn, 1994a, Salazar et al. 1999).

A escolha dos partidos da *Concertación* de priorizar a política institucional não só marginalizou a mobilização popular como, também, levou à monopolização do espaço político pelos partidos. Ainda mais importante, estabeleceu-se esta forma particular de fazer política, caracterizada pela negociação entre os partidos. Para os dois partidos socialistas, especialmente o mais tradicional (o PS-Almeyda), isto significou também adotar uma nova imagem de moderação e conciliação. Com a vitória da *Concertación de Partidos por la Democracia* nas eleições de 1989, esta forma de fazer política foi internalizada pelos principais atores políticos, inclusive a grande maioria dos líderes de ambos os partidos socialistas. Segundo Posner, da maneira como o processo foi conduzido, “criou-se um fosso entre a elite e a base partidária, o qual, aparentemente só tem se ampliado desde a transição para a democracia” (1999: 61).

O PS pós-ditadura

Após a experiência das campanhas para o plebiscito e para as eleições de 1989, estabeleceu-se a pauta para a reunificação do PS. O PS unificado incluía o PS-Almeyda, o PS-Nuñez, o MAPU e outros pequenos grupos. As bases doutrinárias da unificação incorporaram muitas das formulações desenvolvidas anteriormente pela *renovación*, tal como um papel mais restrito e institucionalizado do partido na sociedade política, embora mantido um certo conteúdo de classe caro aos *almeydistas* (Ayala, 1993).

Entretanto, a integração de novas figuras políticas (particularmente aquelas sem tradição socialista) durante a reunificação deixou suas marcas. Em alguma medida, existe um certo ressentimento em relação a eles porque estão entre as

figuras públicas mais visíveis do PSC (Roberts, 1995: 510). Isto se deve parcialmente ao fato de os ex-líderes do MAPU terem sido decisivos na formação da *Concertación* e para mantê-la como coalizão governista nos últimos 14 anos.

Segundo Pizarro (1998), a questão não é simplesmente ideológica e tem a ver com a origem de classe de muitos daqueles líderes. Os ex-membros da MAPU, agora da *renovación*, são fundamentalmente de origem pequeno-burguesa, enquanto os membros da *nueva izquierda* vêm principalmente da base da classe trabalhadora. Em contraste com outros setores do partido, os renovados são figuras públicas reconhecidas e sabem manipular os mecanismos do poder (Hite, 1996: 318). Conseqüentemente, eles se beneficiam do seu *status* e de suas conexões com setores poderosos da sociedade, tais como os grupos econômicos, a igreja, a mídia e até mesmo, em certos casos, os militares (Pizarro, 1998). A análise que este autor faz, da situação da sociedade chilena sugere uma política de classe na qual os *renovados* encontraram seu lugar.

Os líderes renovados da *megatendencia* têm uma “vida social”. Eles aparecem nas páginas sociais do *El Mercurio*.⁵ Podem ser vistos em recepções das embaixadas e nos principais eventos sociais e culturais do país. São vistos em grandes eventos organizados no *La Moneda*⁶ em homenagem a chefes de Estado estrangeiros. Há uma vida social entre eles, que se visitam e são amigos. (...) Suas esposas e cônjuges são conhecidos socialmente. Isto é uma cultura na vida dos subúrbios ricos de Santiago” (Pizarro, 1998).

Para o PSC, isto representa uma mudança significativa da sua imagem passada de um dos representantes da classe trabalhadora, na medida em que os setores renovados o levaram a transformar-se em um “partido de cidadãos” e representante de “todos os setores progressistas da sociedade”. A reação da *nueva izquierda* e dos *terceristas* tem sido insistir na identidade do partido da classe trabalhadora e eles têm zelado para manter isto nos documentos oficiais do partido. Todavia, com esta nova imagem, o PSC tem perdido sua capacidade de representar os setores populares.

A legalidade da ditadura e a “Concertación”

Quando Pinochet derrubou o governo Allende, o regime militar reverteu a quase totalidade das reformas e iniciou, poucos anos depois, um profundo processo de reformas de tipo oposto, neoliberais, sem precedentes no continente americano, que tiveram um enorme impacto social, econômico, político e cultural na sociedade chilena (Moulián, 1997). Entre as reformas neoliberais, a promulgação do novo código trabalhista, em 1979, foi provavelmente a que teve impacto de maior alcance nas estruturas econômica e social do país (Lear-Collins, 1995, Vergara-Camus, 1999). Essa reestruturação neoliberal, a Constituição de 1980 e o sistema eleitoral binominal⁷ são conhecidos como a “legalidade da ditadura”, que ainda hoje estrutura a política e a sociedade chilenas.

⁵ Jornal mais influente do Chile.

⁶ Palácio presidencial, sede do governo em Santiago.

⁷ No sistema eleitoral chileno, um partido ou coalizão precisa ter duas vezes mais votos que a oposição para ganhar as vagas distritais; de outra maneira, a segunda vaga é atribuída a segunda maioria. Atualmente, isso tem significado que a expressiva maioria

Para explicar a atual situação de desgaste da democratização, que é acompanhada pelo crescimento da apatia política, muitos socialistas recorrem a essa legalidade da ditadura. Se muitos líderes socialistas tendem a se eximir da responsabilidade pela situação atual, alguns estão dispostos a aceitar uma parte mínima da culpa. Reconhecendo que durante o processo de negociação da transição para a democracia, alguns erros importantes foram cometidos. German Correa⁸ comenta:

Uma vez conquistado o plebiscito, houve uma discussão importante no interior da *Concertación* (...) durante a ditadura, a Constituição de 1980 incluiu o plebiscito nacional como matéria de interesse político nacional. Quando estávamos negociando a reforma, alguns almeydistas - infelizmente apenas alguns - apoiaram a idéia de negociar a manutenção do plebiscito na Constituição (...) Mas perdemos (...) Perdemos esta discussão e todos os nossos amigos democratas-cristãos, do PS-Nuñez e todos os outros (Correa, 1998).

Construída a *Concertación* como coalizão governista e a confirmação do PDC como primeira força eleitoral, o PSC unificado teve que assumir o papel de segundo parceiro da Democracia Cristã e moderar sua estratégia, seu discurso e seu projeto político (Roberts, 1996). Uma das primeiras transformações políticas foi abandonar definitivamente a idéia de recorrer ao povo e adotar o entendimento estritamente institucional de política. A entrevista de German Correa demonstra como essa transformação não foi automática, mas acabou sendo imposta pelos setores dominantes da *Concertación* que, há muito tempo, tinha tomado esse caminho:

No governo Aylwin, optamos por uma determinada estratégia, embora houvesse alternativas. A estratégia adotada... foi de institucionalizar o conflito, confrontar a direita no terreno da institucionalidade. (...) Em várias ocasiões, em discussões que tivemos internamente ao governo do presidente Aylwin, alguns de nós argumentavam: “vamos confiar no povo, não vamos confrontar a direita no parlamento (...)”. Mas esta opção era sempre rejeitada: “Não, não, agora estamos no governo. Agora é diferente”. As pessoas até faziam piadas quando eu propunha essas coisas: “Aí vem ele outra vez, o presidente do MDP”, ou “O chinês,⁹ o presidente do MDP em seu ressurgimento, novamente!” (Correa, 1998).

Essas piadas indicam o quanto a mobilização social era anacrônica para a maioria da elite dirigente, já no primeiro governo da *Concertación*. A política tornara-se coisa para políticos, não para o povo. Pactos políticos, negociações

eleitoral da *Concertación* (coalizão governista) não tem sido traduzida proporcionalmente em termos de vagas e a direita tem sido constantemente recompensada porque ela tende a conquistar em torno de 33,4% dos votos. Para os custos em termos de deputados e senadores, ver Posner, 1999: 75.

⁸ Ele é membro do PSC desde os anos 1960. Após o golpe militar, tornou-se membro do Comitê Central interno na clandestinidade do partido. Ele participou do PS-Almeyda e foi presidente do MDP. Em seguida, participou da *Concertación por el No* e tornou-se ministro dos transportes e das comunicações durante o governo Aylwin, antes de resignar-se a ser presidente e administrar o PSC unificado. No primeiro gabinete Frei, ele teve uma rápida passagem, de março a setembro de 1994, como ministro do interior. Por longo tempo, ele foi reconhecido como o líder da tendência *tercerista* e tornou-se parte do *Coletivo de Identidad Socialista*, em 1998.

⁹ Apelido dado às pessoas com olhos amendoados.

centradas exclusivamente nas elites e a pretensa *política de los consensos* foram estabelecidos como a principal forma de operar as políticas públicas (Posner, 1999: 64). Os “limites do possível” deviam ser considerados delineados pelo arranjo institucional herdado da ditadura; qualquer modificação da ordem neoliberal teria de vir de fora dos partidos envolvidos na via parlamentar ou de fora das “negociações informais” com os militares.

Para os *renovados*, esse é o resultado do processo de “normalização da política”, que tinha se estabelecido desde o retorno ao governo democrático, que contrasta com o período de luta contra a ditadura. O comentário de Antonio Viera-Gallo¹⁰ ilustra a questão:

Penso que o maior problema com o partido socialista é que ele não fez a paz com a sociedade. Ele ainda está preso na guerra fria. Dito isto, estar em paz não significa evadir-se ou aquiescer. Como Delor, o importante socialista francês, acho que não devemos pretender uma *mudança de sociedade* mas, de preferência, *mudar a sociedade*, melhorá-la para que ela venha a funcionar melhor (Viera-Gallo, 1998).

Essa “normalização da política” coloca novos limites para a responsabilidade dos diferentes agentes políticos. Como em qualquer democracia liberal, o papel dos partidos e dos políticos está agora limitado a representar os interesses do eleitorado no parlamento. Essa visão da política corresponde a uma concepção particular de poder político, bem como a um entendimento particular da relação entre a política e a sociedade civil, o que não se restringe aos *renovados*. Setores de esquerda também partilham uma concepção de poder centrada nas instituições políticas.

Antes, não havia parlamento, conseqüentemente os parlamentares não contavam. Hoje, há parlamentares e o parlamento é um espaço de poder. Antes, não estávamos no governo, por isso não tínhamos um relacionamento constitucional. Hoje, estamos no governo e temos tal relacionamento e este também é um espaço de poder, um espaço político. (...) Hoje, o poder está em outros lugares. Está no parlamento, no governo. (...) Antes, a liderança social era muito relevante. Hoje, quando os espaços de poder se abrem, a influência dessas lideranças declina. (...) Em outras palavras, durante o período da ditadura, a presidente da CUT era a figura política chave. Hoje não é. Um ministro ou o presidente da Câmara é (Aleuy, 1998).¹¹

Claro, fazer política sob uma ditadura militar implica táticas e estratégias particulares que não são necessárias sob uma democracia liberal. Entretanto, essa diferença adquire um outro significado quando se considera a organização da sociedade civil e a mobilização social apenas correspondente à luta contra a ditadura. Esse tipo de posição esquece que política, mesmo numa democracia, é uma luta pelo poder em que os atores mobilizam as forças relativas que possuem e

¹⁰ Ele esteve envolvido na política chilena desde os anos 1960. Durante a ditadura, foi membro do MAPU-Obrero-Campesino e participou do processo de *renovación*. Desde 1990 ele tem sido eleito deputado, foi líder da bancada socialista no parlamento e, atualmente, é senador. Está entre as maiores figuras renovadas da *renovación* ou *megatendencia*.

¹¹ No momento da entrevista, em 1998, Francisco Aleuy era membro do comitê editorial do jornal *La Nación*, de propriedade do governo, e vice-presidente do PSC. Ele foi da Nueva Izquierda.

que, historicamente, para a esquerda, essa força tem se apoiado na mobilização social.

“Os Limites do Possível”: a legalidade de Pinochet, a “*Concertación*” e a “*Realpolitik*”

De 1990 a 2004, a *Concertación* administrou com vistas à manutenção do nível de crescimento acima de 8%, reduzir a inflação e o desemprego em torno de 7% e elevar substancialmente o salário mínimo. Ela acumulou superávit orçamentário enquanto cresciam significativamente os gastos sociais e diminuía o número de famílias vivendo na pobreza. Entretanto, ela o fez por seguir a diretriz econômica estabelecida pelo regime militar e, por isso, não tem sido capaz de reduzir as disparidades entre ricos e pobres, que está entre as maiores da América Latina (Vergara-Camus, 1999). Em questões-chaves, a *Concertación* não tem feito progresso significativo. A reforma da legislação trabalhista de Pinochet é um exemplo. Desde 1990, a coalizão governista tem tentado estender a política de consenso e cooperação à esfera das relações trabalhistas e algumas melhoras têm sido obtidas (Cortázar, 1995). Mas o cerne da legislação trabalhista, que impede a sindicalização, por exemplo, continua intacto. Isto se deve, principalmente, ao fato de que a direita, usando sua maioria no senado, garantida pela Constituição de Pinochet, bloqueia qualquer reforma substancial.

Conseqüentemente, a necessidade de eliminar os entraves autoritários da constituição de 1980 e o sistema eleitoral binominal tem estado em todos os programas do PSC. Além da direita, a maioria dos atores e partidos políticos concorda que a Constituição tem de ser modificada para uma democracia completa no Chile. Para a maioria dos *renovados*, o canal apropriado para resolver essa questão continua sendo o dos mecanismos institucionais ou das práticas estabelecidas no interior do sistema político. Em suma, principalmente a contínua procura de consensos e acordos com a direita. Para a esquerda do PSC, entretanto, os dois primeiros governos da *Concertación* mostraram que a direita não tem intenção de abandonar sua posição privilegiada. Muitas vezes no interior do partido vêm, por isso, formulando a possibilidade de criar um expressivo movimento social em favor das mudanças institucionais que, finalmente, permitirá fechar a transição para a democracia.

Mas em entrevistas com socialistas que defendem essa mudança, são claramente perceptíveis os efeitos contraditórios da concepção dominante de política e de poder. A solução que eles propõem exige uma ruptura decisiva com a linha política adotada pelo partido, mas, constantemente, acaba girando em torno da tática que tem sido seguida até agora. Algumas entrevistas ilustram o beco sem saída em que o PSC se encontra, como parte de um sistema institucional que fixou um determinado código de conduta para a esquerda:

Precisamos fazer modificações para que a “*Realpolitik*” seja capaz de re-encantar o povo. Não se pode propor tarefas políticas ilusórias. O povo não acredita quando vê que você não é capaz de se livrar dos senadores designados, de Pinochet, dos juizes da Corte suprema (...) quando não se é capaz de lutar (...). Esse é o problema. As pessoas sabem disso. É por isso que elas não acreditam nos partidos. Elas sabem que no Chile os partidos não têm poder para assegurar que a maioria governe. No Chile isto não acontece. No Chile, a

minoria governa. No Chile, a direita governa e controla tudo: os senadores designados, a Corte Suprema (Aleuy, 1998).

O dilema dos militantes que se batem pela construção de um apoio popular ativo pelas reformas institucionais consiste em achar uma maneira de lidar com a situação de desencanto político e falta de credibilidade dos políticos que prevalecem na sociedade chilena. Essa falta de credibilidade tem, certamente, algo a ver com o discurso neoliberal durante o período da ditadura; mas é notável que a escolha da política do consenso foi um tiro pela culatra para os socialistas. Apesar disso, para Camilo Escalona,¹² o dilema de mobilizar um forte apoio social em favor de mudança institucional poderia ser resolvido pela liderança política:

O que precisamos é de uma liderança política capaz de dar um novo impulso ao processo democrático. Não tenho dúvida de que o poder que Ricardo Lagos¹³ tem aos olhos da opinião pública é devido ao fato de que o povo progressista deste país, predominantemente, vê nele a liderança que conduzirá o processo além do emaranhado em que tem estado nos últimos anos. Não é uma questão de formulação teórica. É uma questão de vontade política prática (Escalona, 1998).

Com efeito, em 1998, para muitos socialistas de todas as tendências, a possível eleição de Ricardo Lagos representou a possibilidade de dar uma orientação mais progressista à *Concertación* e adotar uma linha política que enfatizaria a necessidade das reformas institucionais. Mas, com Lagos presidente desde 2000, não mudou muito. Com o crescimento do desencanto da cidadania com a *Concertación*, acentuada por muitos escândalos no governo Lagos, a direita pode muito bem ganhar a próxima eleição presidencial. Mesmo sob esse cenário catastrófico, a chance de imprimir outra orientação ao partido é quase nula. Mas até mesmo o estimado PSC agora tem menor presença nas *poblaciones* do que a direita (Lazo, 1998) e não canaliza os recursos necessários para os ativistas de base (Posner, 1999: 68). Mais importante ainda, apesar de algumas diferenças, a maioria esmagadora das lideranças partilha uma visão de política elitista e institucional. Isto impede qualquer estratégia que considere o poder político como um fenômeno que se manifesta por toda a sociedade e no qual a mobilização é uma das forças da esquerda.

Bibliografia:

ALEUY, F. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 4th.

¹² Militante do PSC, de longa data. Durante a ditadura ele participou do PS-Almeyda. Ocupou todas as posições de liderança dentro do partido. Desde o fim da ditadura, elegeu-se deputado em duas ocasiões e foi presidente do partido duas vezes, de 1994 a 1998 e de 2000 a 2003. É muito popular junto aos soldados rasos e ao líder da *Nueva Izquierda*.

¹³ Lagos é uma figura política peculiar dentro da esquerda chilena. Vindo do centro e do pragmático Partido Radical, tornou-se membro do PSC em 1972. Ele conquistou fama quase instantânea em 1988, durante a campanha para El No, quando, em rede nacional de televisão, virou-se para a câmara e desafiou diretamente a Pinochet (Ortúzar, 1998: 51). Tão excepcional é sua situação dentro da esquerda parlamentar que ele é a única pessoa admitida como membro do PSC e do PPD. Em 1992, todos os demais membros foram instados a escolher seu partido.

- AYALA MORALES, P. (1993). *Socialisme et démocratie : conflit idéologique au sein du parti socialiste du Chili (1974-1989)*. Montréal: Université du Québec. Master's Thesis in Political Science.
- BLOMEIER, H.-H. (2000). "Elecciones presidenciales en Chile. Doble virtual empate con un ganador". <http://www.kas-ciedla.org.ar/archivo/blomeier.pdf>
- CORREA, G. (1998). *Interviewed by author*, Santiago, June 8th.
- CORTÁZAR, R. (1995). "Équité, flexibilité et croissance: l'expérience chilienne", in OCDE. *Tension sociales, création d'emplois et politique économique en Amérique Latine*. Paris: OCDE.
- DAVIES, M. (1999). *International Political Economy and Mass Communication in Chile. National Intellectuals and Transnational Hegemony*. London: Macmillan Press.
- ESCALONA, C. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 9th.
- GARRETÓN, M. A. (1989). "The Ideas of the Socialist Renovation in Chile". *Rethinking Marxism*, vol. 2, no. 2, summer.
- _____. (2001) [1989], "Popular Mobilization and the Military Regime in Chile: the Complexities of the Invisible Transition". In: Eckstein, Susan, (org.). *Power and Popular Protest. Latin American Social Movements*. Berkeley: University of California Press.
- GUILLAUDAT, P. & MOUTERDE, P. (1998). *Los movimientos sociales en Chile, 1973-1993*. Santiago: LOM Ediciones.
- HITE, K. (1996). "The Formation and the Transformation of Political Identity: Leaders of the Chilean Left, 1968-1990". *Journal of Latin American Studies*, vol. 28, no. 2, may.
- LAGOS, R. (1989). "Dos conceptos clave de la renovación socialista en Chile". *Nueva Sociedad*, no. 101, June.
- LAZO, C. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 4th.
- LEAR, J. & COLLINS, J. (1995). "Working in Chile's Free Market". *Latin American Perspectives*, issue 82, vol. 1, no. 1.
- MOULIÁN, Tomás (1997). *Chile Actual. Anatomía de un mito*. Santiago: LOM Ediciones-ARCIS.
- NUÑEZ, R. (1987). "Foro latinoamericano. Ideología, democracia, partidos II.". *Nueva Sociedad*. no. 92, November-December.
- OPPENHEIM, L. H. (1993). *Politics in Chile. Democracy, Authoritarianism, and the Search for Development*. Boulder: Westview Press.
- ORTÚZAR, X. (1997). "Chile: las últimas elecciones parlamentarias, voto de castigo para la coalición gobernante". *Proceso*, 1103, December 21st.
- _____. "Los debates internos por la sucesión presidencial hacen tambalear a la coalición gobernante en Chile". *Proceso*, 1125, May 24th.
- OXHORN, P. (1994a). "Where Did All the Protesters Go? Popular Mobilization and the Transition to Democracy in Chile". *Latin American Perspectives*, Issue 82, vol. 21, no. 3, summer.
- _____. (1994b). "Understanding Political Change After Authoritarian Rule: The Popular Sectors and Chile's New Democratic Regime". *Journal of Latin American Studies*, vol. 26, no. 2, May.
- PIZARRO, R. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 9th.
- POSNER, Paul W. (1999) "Popular representation and political dissatisfaction in Chile's New Democracy". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 41, no. 1, spring.
- PUCCIO HUIDOBRO, O. (1993). "Partido Socialista". In: CUEVAS FARREN, G. (org.). *La renovación ideológica en Chile. Los partidos y su nueva visión estratégica*. Santiago: Instituto de Ciencia Política, Universidad de Chile.
- RIQUELME SEGOVIA, A. (1999). "Quiénes y porqué "no están ni ahí"? Marginación y/o automarginación en la democracia transicional. Chile. 1988-1997.". DRAKE, P &

- JAKSIC, I. (org.) *El modelo chileno. Democracia y desarrollo en los noventas*. Santiago: LOM Ediciones.
- ROBERTS, K. (1995). "From Barricades to the Ballet Box: Redemocratization and Political Realignment in the Chilean Left", *Politics and Society*, vol. 23, no. 4, December.
- _____. (1996). "Rethinking Economic Alternatives: Left Parties and the Articulation of Popular Demands in Chile and Peru". In: CHALMERS, D. *et alii*. *The New Politics of Inequality in Latin America. Rethinking Participation and Representation*. Oxford: Oxford University Press.
- SALAZAR, G; MANCILLA, A. & DURÁN, C. (1999). "Estado, legitimidad, ciudadanía". In: SALAZAR, G. & PINTO, J. *Historia contemporánea de Chile*. Santiago: LOM Ediciones.
- TIRONI, E. *et alii*. (1993) *Después de Marx*. Santiago, Documentas.
- VERGARA-CAMUS, L. (1999). "Chile, ¿el jaguar de Sudamérica?: mito y realidad". *Quórum*, no. 67, July-August.
- VIERRA-GALLO, J. A. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 8th.
- WALKER, I. (1991). "Democratic Socialism in Comparative Perspective". *Comparative Politics*, vol. 23, no. 4, July.